

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 10 /2016



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, QUE, ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, POR MEIO DA SECRETARIA DE GESTÃO, DA ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, E O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**, doravante denominado **MP**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "K" - Brasília/DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.489.828/0003-17, por meio da **SECRETARIA DE GESTÃO**, doravante denominada **SEGES**, neste ato representada pelo Secretário de Gestão, **GLEISSON CARDOSO RUBIN**,

[REDACTED] nomeado pela Portaria nº 734, de 19 de maio de 2016, publicada no D.O.U. Nº 96, Seção 2, pag. 2, de 20 de maio de 2016; a **FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, doravante denominada **ENAP**, com sede no SAIS - Área 2ª - Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.627.612/0001-09, neste ato representada por seu Presidente Substituto **PAULO MARQUES**,

[REDACTED] pela Portaria nº 130, publicada no D.O.U., de 3 de agosto de 2015 e, de outro lado, o **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, doravante denominado **CNMP**, neste ato representado pelo Conselheiro e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, **FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA**,

[REDACTED] nomeado pelo Decreto Presidencial de 10 de agosto de 2015, publicado no D.O.U., Seção 2, edição de 11 de agosto de 2015, a quem foi delegada atribuição pela Portaria CNMP-PRESI nº 96, de 15 de agosto de 2016, publicado no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Administrativo, edição nº 153, publicada em 16 de agosto de 2016, resolve celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, o qual se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, notadamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, o Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, a Portaria Interministerial nº 507 de 24 de novembro de 2011, e suas alterações; pela Portaria nº 161 de 10 de maio de 2016, que constituiu a rede do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - RedeSiconv, pela Portaria CNMP-PRESI Nº 26, de 12 de fevereiro de 2014, que disciplina tramites de processos no âmbito do CNMP, e ainda, os processos SEI nº 05110.004410/2016-71 e CNMP nº 0.00.002.0009811/2016-14, mediante as cláusulas a seguir especificadas.



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente ACORDO tem por objeto estabelecer cooperação técnica de adesão à Rede Siconv para o desenvolvimento de ações conjuntas e apoio mútuo às atividades de interesse comum para a melhoria da gestão, capacitação, e o fortalecimento da comunicação e transparência, relativas às transferências voluntárias.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Integra este ACORDO o Plano de Trabalho, Anexo I, assinado pelas partes, no qual constarão as atividades a serem executadas, cumprindo a exigência prevista no art. 116, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo Único: Durante o prazo de vigência deste ACORDO, o Plano de Trabalho poderá ser alterado, desde que previamente autorizado e assinado pelos participantes.

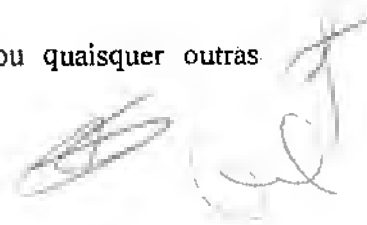
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO

A cooperação firmada pelos participantes consistirá em:

I - promover ações de melhoria da gestão relativas aos processos de transferências voluntárias da União, por meio de:

- a) utilização das informações disponíveis no painel gerencial do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv para subsidiar a tomada de decisões, o planejamento e a verificação da efetividade das políticas públicas;
- b) estímulo à melhoria da qualidade do gasto dos recursos públicos relativos às transferências voluntárias da União;
- c) incentivo ao monitoramento e controle social do uso dos recursos públicos;
- d) participação nos eventos promovidos pelos parceiros, relativos ao objeto do presente ACORDO; e
- e) promoção e compartilhamento de conhecimentos, informações, experiências, metodologias de gestão, ou quaisquer outras atividades de interesse comum.

II - promover e realizar ações de capacitação, por meio de:

- a) estímulo ao cumprimento da carga de ensino de multiplicadores;
 - b) formação de multiplicadores mediante a participação presencial nos cursos;
 - c) sensibilização à participação nos cursos à distância disponíveis pelas instituições de ensino, ligadas à Rede Siconv;
 - d) proposição de novas metodologias e plataformas de capacitação; e
 - e) compartilhamento de conhecimentos, informações, experiências, ou quaisquer outras atividades de interesse comum, relativas ao eixo de capacitação.
- 

III – aprimorar e implementar ações de comunicação e transparência.

- a) divulgação de atualizações normativas relativas às transferências voluntárias da União;
- b) estímulo à divulgação das informações relativas à aplicação e execução dos recursos públicos;
- c) divulgação de cursos dos parceiros da Rede;
- d) divulgação de material e metodologias adotados nas capacitações, pelos parceiros da Rede;
- e) estímulo à participação no fórum virtual, disponível no sítio eletrônico do Portal de Convênios = portal.convencios.gov.br.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO:

Poderão aderir à Rede Siconv as unidades e ramos do Ministério Público brasileiro, desde que se comprometam a seguir integralmente com os termos do presente Acordo.

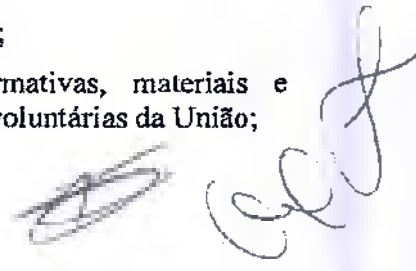
Parágrafo Primeiro: A adesão far-se-á mediante a celebração de Termo de Adesão, constante no Anexo II, firmado entre o CNMP e a unidade ou ramo do Ministério Público.

Parágrafo Segundo: Caberá ao CNMP informar à SEGES a relação dos órgãos que celebrarem o Termo de Adesão, em comunicação por escrito, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à referida celebração, apresentando cópia dos instrumentos assinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

Caberá aos partícipes acompanhar a execução deste ACORDO, promovendo todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento de seu objeto.

Parágrafo Primeiro: A SEGES obriga-se a:

- a) elaborar e aprovar os Planos de Trabalho, na forma estabelecida no presente Instrumento;
 - b) cumprir as atividades estabelecidas no Plano de Trabalho;
 - c) garantir a administração, disponibilidade e acesso dos dados do painel gerencial do Siconv;
 - d) promover a realização de eventos de interesse comum com relação ao objeto do presente ACORDO;
 - e) compartilhar informações, conhecimentos e experiências relativas às transferências voluntárias;
 - f) manter atualizados e disponíveis no Portal dos Convênios os cursos e a trilha de ensino de multiplicadores;
 - g) gerir as capacitações presenciais para a formação de multiplicadores;
 - h) disponibilizar no Portal dos Convênios as atualizações normativas, materiais e metodologias adotadas nas capacitações, relativas às transferências voluntárias da União;
- 

- i) garantir a disponibilidade do Portal dos Convênios para fins de realização do fórum virtual;
- j) adotar as providências necessárias para a realização dos eventos do Comitê Gestor da Rede Siconv, divulgando agendas, programação, deliberações e resultados das atividades realizadas;
- k) informar ao CNMP, quando solicitado, a relação de usuários ativos e inativos vinculados ao presente ACORDO.

Parágrafo Segundo: A ENAP obriga-se a:

- a) gerir as turmas dos cursos a distância fazendo a gestão didático-metodológica;
- b) cumprir as atividades estabelecidas no Plano de Trabalho;
- c) disponibilizar em sítio eletrônico a programação das capacitações a distância;
- d) disponibilizar ambiente com infraestrutura adequada à realização dos cursos presenciais de formação de multiplicadores;
- e) fornecer, ao Comitê Gestor, dados referentes aos cursos sob sua gestão.
- f) estimular as Escolas de Governo estaduais a incluir em seu calendário cursos relativos ao Siconv.

Parágrafo Terceiro: O CNMP e a unidade ou ramo do Ministério Público brasileiro que venha a aderir ao presente ACORDO obrigam-se, no que couber, a:

- a) elaborar e aprovar os Planos de Trabalho, na forma estabelecida no presente instrumento;
- b) cumprir as atividades estabelecidas no Plano de Trabalho;
- c) utilizar as informações gerenciais disponíveis no painel do Siconv para monitorar a aplicação dos recursos públicos a fim de garantir maior efetividade das políticas públicas;
- d) compartilhar informações, conhecimentos e experiências relativas às transferências voluntárias;
- e) designar servidores para participar dos cursos de formação de multiplicadores, os quais deverão atuar como replicadores do conhecimento adquirido, no âmbito de sua competência;
- f) promover capacitações presenciais garantindo a formação estabelecida no Plano de Trabalho;
- g) estimular a participação nas capacitações a distância relativos às transferências voluntárias;
- h) disponibilizar em sítio eletrônico de sua competência, criado na rede de computadores *internet*:
 - 1. programação anual das capacitações presenciais referidas no item "f",
 - 2. link de acesso da programação das capacitações a distância, divulgadas no Portal dos Convênios;
 - 3. link de acesso aos materiais didáticos adotados nas capacitações;
- i) incentivar as unidades e ramos do Ministério Público a aderirem a este ACORDO por meio da celebração do Termo de Adesão, conforme descrito na Clausula Quarta;

- j) indicar e manter atualizados os dados cadastrais das pessoas que acompanharão do presente ACORDO.

CLÁUSULA SEXTA – DAS COMUNICAÇÕES E PRESERVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

As comunicações relativas ao presente ACORDO serão consideradas regularmente se entregues por ofício, por correio eletrônico, ou mediante o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do projeto Processo Eletrônico Nacional – PEN.

Parágrafo Único: Os partícipes devem assegurar a propriedade intelectual e os direitos autorais dos conteúdos disponibilizados em cursos, programas ou qualquer material de divulgação técnica ou institucional utilizados nas ações previstas neste ACORDO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente ACORDO não gera obrigação pecuniária, sendo celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros, indenizações ou transferências de recursos entre os partícipes.

Parágrafo Único: As despesas necessárias à consecução do objeto acordado serão de responsabilidade de cada partícipe no âmbito de sua atuação.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

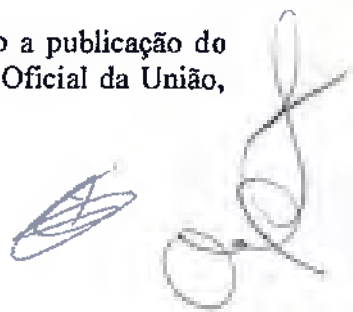
Este ACORDO terá vigência de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado, em caráter excepcional, devidamente justificado, mediante autorização das autoridades superiores dos partícipes, uma única vez, pelo período de 12 (doze) meses, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – DA DENUNCIA E DA RESCISÃO

Este ACORDO poderá ser denunciado, assim como poderá ser rescindido em virtude do descumprimento de qualquer de suas cláusulas, por iniciativa de qualquer um dos partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

Cabe ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão a publicação do extrato do presente ACORDO e seus respectivos termos aditivos no Diário Oficial da União, conforme dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8666, de 1993.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As causas e conflitos oriundos do presente ACORDO serão submetidas a conciliação e à mediação, e só após se persistir o impasse, submetidos à Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.

E assim, por estarem de pleno ACORDO, assinam os celebrantes o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas arroladas, para todos os fins de direito.

Brasília-DF, 16 de agosto de 2016.


GLEISSON CARDOSO RUBIN

Secretário de Gestão
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO


PAULO MARQUES

Presidente e Substituto
FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA


FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA

Conselheiro e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

TESTEMUNHAS:


Nome: Suzanne Regina de Almeida


Nome: Andréia de Moraes Kuhn

ANEXO I**PLANO DE TRABALHO Nº 01 / ACI nº 10/2016**

Instrumento que integra o Acordo de Cooperação Técnica, em atendimento à Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, especificamente em seu art. 116.

1. OBJETO

Desenvolvimento de ações voltadas à melhoria dos processos de gestão das transferências da União, operacionalizadas por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV.

2. JUSTIFICATIVA

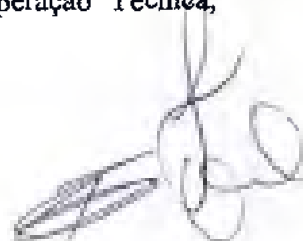
Com a implantação do Siconv em 2008 a forma de acompanhar as transferências voluntárias da União foi modificada, de modo que a gestão dessas transferências passou a ser realizada na web e a informatização dos processos aumentou suas atividades, trazendo para os gestores uma nova visão do fluxo operacional dos mesmos, outrora físicos, e a necessidade constante de monitoramento, análise dos resultados, aprendizagem e atualização na operação do Sistema.

Dessa forma, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio da Secretaria de Gestão, constituiu a Rede Siconv com o objetivo de desenvolver ações voltadas à melhoria dos processos de gestão, auxiliar os órgãos e entidades integrantes da Rede nas atividades e processos voltados a capacitação dos usuários e aprimorar as atividades de comunicação e transparência dos instrumentos de transferências da União operacionalizadas por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV.

Essa atuação em Rede é realizada por meio da celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o CNMP, como agente de fomento à adesão das unidades e ramos do Ministério Público brasileiro, que visa executar metas e etapas que ofereçam subsídios para o acesso às informações gerenciais da base de dados do Siconv, capacitações de multiplicadores e a comunicação das iniciativas da União para ampliar a transparência na aplicação dos recursos públicos.

3. META

Para o alcance do objeto a que se propõe o Acordo de Cooperação Técnica, descrevem-se abaixo as etapas e ações necessárias:



Atividades/Etapas	Início	Término	Responsável
Indicar servidor para acesso ao painel gerencial do Siconv e para a funcionalidade de registro de irregularidade com nome, CPF e e-mail,	10 dias após publicação	15 dias após publicação	CNMP
Indicar servidores, titular e suplente, que acompanharão a execução do ACORDO com nome, CPF e e-mail.	10 dias após publicação	15 dias após publicação	CNMP
Cadastrar servidor indicado para acesso ao painel gerencial do Siconv, e para acesso à funcionalidade de registro de irregularidade.	15 dias após publicação	20 dias após publicação	MP
Elaborar cronograma de formação de multiplicadores.	20 dias após publicação	30 dias após publicação	MP e CNMP
Apresentar o Plano de Ação referente às ações com a previsão de orientações técnicas e de comunicação.	30 dias após publicação	40 dias após publicação	CNMP
Executar o Plano de Ações.	40 dias após publicação	Fim da vigência	CNMP
Desenvolver e aprimorar o conteúdo de apoio aos cursos de multiplicadores.	10 dias após publicação	Fim da vigência	MP
Disponibilizar cronograma dos cursos, oferecidos pela Rede, com as datas de início e fim das inscrições de cada turma à distância e presencial.	10 dias após publicação	Fim da vigência	MP
Apoiar a realização de cursos presenciais na unidade federativa dos membros que assinarem o Termo de Adesão.	10 dias após turmas de multiplicadores	Fim da vigência	CNMP
Fornecer, ao Comitê Gestor, os dados referentes aos cursos realizados com as informações: quantidade de inscritos e concluintes e cópia das listas de frequência.	10 dias após o fim de cada turma	20 dias após o fim de cada turma	CNMP
Informar quaisquer alterações normativas ou de funcionalidades operacionais.	10 dias após publicação	Fim da vigência	MP
Inserção de banner de divulgação das ações da Rede Siconv, notícia e pop-up em sua página oficial na Internet.	30 dias após publicação	Fim da vigência	CNMP
Disponibilizar e gerenciar canal de comunicação direto para sugestões e solicitações	10 dias após publicação	Fim da vigência	MP
Disponibilizar o painel gerencial do Siconv.	10 dias após publicação	Fim da vigência	MP
Disponibilizar fórum virtual para troca de conhecimento e dúvidas.	10 dias após publicação	Fim da vigência	MP
Participar do fórum virtual, e também incentivar as unidades e ramos do Ministério Público brasileiro que aderirem ao ACT à essa participação	10 dias após publicação	Fim da vigência	CNMP
Manter disponível a plataforma tecnológica de capacitação EaD	30 dias após publicação	Fim da vigência	ENAP

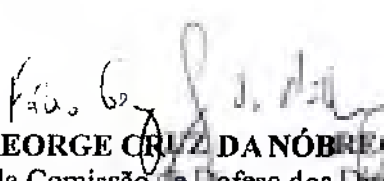
Informar à SEGES a relação dos capacitados nos cursos relativos ao objeto do Acordo.	10 dias após publicação	Fim da vigência	ENAP
--	----------------------------	-----------------	------


CRONOGRAMA FÍSICO

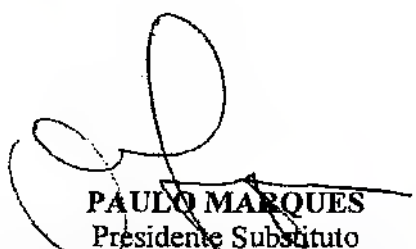
As atividades terão início a partir da publicação do Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da União, e se encerrarão no fim da vigência do ACORDO. Quaisquer ajustes necessários serão definidos após avaliação e confirmação do documento pelos partícipes.

APROVADO, após análise técnica.

Brasília-DF, 16 de agosto de 2016.


FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA
 Conselheiro e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
 CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO


GLEISSON CARDOSO RUBIN
 Secretário de Gestão
 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,
 DESENVOLVIMENTO E GESTÃO


PAULO MARQUES
 Presidente Substituto
 FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE
 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA EXECUTIVA DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO EM RONDÔNIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2016 - UASG 301063

Nº Processo: 2500308201679.
PREGÃO SISP Nº 9/2016. Contratante: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E DESTA - MP. CNPJ Contratado: 1152329000195. Contratado: ROVEMA AUTO POSTO LTDA - Objeto: Aquisição de combustível para atender a SAMP/RO e CGL/RO. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 22/09/2016 a 21/09/2017. Valor Total: R\$16.549,67. Fonte: 100000000 - 2016NE802074. Data de Assinatura: 16/08/2016.

(SICON - 17/08/2016)

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 9/2016

D. Pregão e sua Equipe de Apoio, torna público o Resultado Final da Licitação Pregão Eletrônico nº 9/2016-SAMP/RO. A licitante detentora da melhor oferta para o item, foi a empresa OI S.A. devidamente inscrita no CNPJ sob nº 16.535.764/000143.

FRANCISCO WALDEMAR RODRIGUES
SEIXAS

(SICON - 17/08/2016) 201062-00001-2016NE802074

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 20/2016 - UASG 201004

Nº Processo: 0311000515201671. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de chaveiro com fornecimento de todo material e mão-de-obra necessários para a execução dos serviços a fim de suprir as necessidades do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em Brasília/DF, conforme especificações e quantidades constantes do Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 18/08/2016 de 08h00 às 11h59 e de 14h às 17h59. Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco "K", 2º Andar - Sala 216. BRASILIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/licita/201004-05-20-2016. Entrega das Propostas: a partir de 18/08/2016 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 30/08/2016 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

MARIA HELENA ALVES FIDUREDO
Pregoeira

(SICON - 17/08/2016) 201004-00001-2016NE802038

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 22/2016

A Pregoeira do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão comunica que no Pregão Eletrônico nº 22/2016, sagrou-se vencedora do certame a empresa Claro S/A, com valor total global de R\$ 331.892,8968.

CELMA LUIZA PITA FERREIRA

(SICON - 17/08/2016) 201004-00001-2016NE802038

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA DIRETORIA EXECUTIVA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 31/2016 - UASG 114601

Nº Processo: 01604002690201604. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de HD (disco rígido) interno de 3,5" sata III com capacidade mínima de 1tb e 7.200 rpm Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 18/08/2016 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 16h00. Endereço: Av. Franklin Roosevelt, 146 SJ 101 - Casca de Cabelo - RIO DE JANEIRO - RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/licita/01/14601-05-31-2016. Entrega das Propostas: a partir de 18/08/2016 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 01/09/2016 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

LUCAS REUTER CARRERA SAUDE
Pregoeira

(SICON - 17/08/2016) 114601-11381-2016NE800001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/acessibilidade.html>, pelo código 0003201601500125

UNIDADE ESTADUAL EM GOIÁS EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2016 - UASG 114627

Nº Processo: 03652006414301681. Objeto: Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água Tratada e Coleta/Assinamento do Esgoto Sanitário às Unidades do IBGE em Goiás Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Fornecedor exclusivo, de forma que a licitação é inviável e, portanto, inexigível. Declaração de Inexigibilidade em 15/08/2016. LAZARO ALVES PEREIRA. Chefe da Unidade Estadual do IBGE em Goiás - em Exercício. Ratificação em 16/08/2016. SILVIA REGINA CUNNINGHAM BROERING. Coordenadora de Recursos Materiais - em Exercício. Valor Global: R\$ 150.632,80. CNPJ CONTRATADA: 01.616.929/0001-82 SANEAMENTO DE GOIÁS S/A.

(SICON - 17/08/2016) 114629-11301-2016NE800001

UNIDADE ESTADUAL NO PARANÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2016 - UASG 114623

Nº Processo: 03641000645201661.
PREGÃO SISP Nº 9/2016. Contratante: FUNDACAD INSTIT BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. CNPJ Contratado: 1777239080187. Contratado: VILMAR GOMES SANOIM - ME - Objeto: Contratação de prestação de serviços de vigilância eletrônica com monitoramento, instalação de todo equipamento pertinente e necessário e monitoramento 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas em todos os dias da mês, inclusive sábados, domingos e feriados, nas instalações do IBGE em Cianorte, Francisco Beltrão, Dourados, Itaiti e Ponta Grossa/PR no período de 01/08/2016 a 31/03/2017. Fundamento Legal: Lei 10520/2002, Decreto 5450/2005 e Lei 8666/93. Vigência: 01/08/2016 a 31/03/2017. Valor Total: R\$23.789,92. Fonte: 100000000 - 2016NE802078. Fornecedor: 2016NE802079. Fornecedor: 100000000 - 2016NE802080. Fornecedor: 100000000 - 2016NE802081. Fornecedor: 100000000 - 2016NE802082. Data de Assinatura: 13/07/2016.

(SICON - 17/08/2016) 114629-11301-2016NE800001

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2016 - UASG 114623

Nº Processo: 03641000645201661.
PREGÃO SISP Nº 9/2016. Contratante: FUNDACAD INSTIT BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. CNPJ Contratado: 04514651080150. Contratado: INVIVIAVEL CIANORTE LTDA - EPP - Objeto: Contratação de prestação de serviços de vigilância eletrônica com monitoramento, instalação de todo equipamento pertinente e necessário e monitoramento 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas em todos os dias da mês, inclusive sábados, domingos e feriados, nas instalações das Agências do IBGE em Capangama, Itaiti, Jacarezinho, Jaguarivava, Nova Londrina, Pato Branco, Ponta Grossa e União da Vitória/PR, no período de 01/08/2016 a 31/07/2017. Fundamento Legal: Lei 10520/2002, Decreto 5450/2005 e Lei 8666/93.

RESULTADO DE JULGAMENTO CHAMADA PÚBLICA IPEA/PNPD Nº 64/2016

D. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, torna público o resultado final com os candidatos selecionados para concessão de bolsa pesquisa com prazo previsto de 12 (doze) meses, conforme Item 6 do Regulamento da Chamada Pública IPEA/PNPD Nº Chamada Pública nº 064/2016 - Projeto "Núcleo de bases de dados e análises estatísticas (Projeto: Mapa das organizações da Sociedade Civil - Ipea projetos 003/2015)", no âmbito do Subprograma de Pesquisas para o Desenvolvimento Nacional - PNPD do Programa de Mobilização da Competência Nacional para Estudos sobre o Desenvolvimento - PROMOB. A implementação da bolsa ficará condicionada à aceitação das condições e apresentação dos documentos necessários.



*Caso haja desistência da 1ª colocada poderá ser convocada a 2ª colocada e assim sucessivamente.

JOÃO ALBERTO DE NEGRÍ
Diretor

SECRETARIA DE GESTÃO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica nº 10/2016 entre o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), por meio da Secretaria de Gestão (SEGES/MP), e Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Processo nº: 05110.0044/10/2016-71. Objeto: estabelecer vínculo à Rede Siconv para o desenvolvimento de ações conjuntas e apoiar mútuas as atividades de interesse comum para a melhoria da gestão, capacitação, e a fortalecimento às comunicações e transparência, minimizar as transferências voluntárias. Acusados: Não há transferência de recursos. Prazo de Vigência: 5 (cinco) anos, a contar da data de publicação no DOU. Data de assinatura: 14 de agosto de 2016. Assinam: Gleisson Cardoso Rubin (SEGES/MP), Paulo Marques (ENAP) e Fábio George Cruz da Nóbrega (CNMP).

CENTRAL DE COMPRAS

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO
Nº 1/2015-CENTRAL/MP

CREDENCIAMENTO Nº 1/2015-CENTRAL/MP

Nº Processo: 05118.003135/2016-79. A Central de Compras do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - CENTRAL/MP, torna público o resultado de credenciamento, realizado com fulcro no "caput" do art. 25, da Lei nº 8.666/93, de instituições bancárias, autorizadas pelo Banco Central do Brasil, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, com vistas à prestação de serviços, por 12 (doze) meses, prorrogação, de pagamento dos valores líquidos às folhas astartal e outros indenizações a servidores civis ativos, inativos, pensionistas, estatutários da poder executivo federal (administração direta, autárquica e fundacional) e unidades políticas civis, incluindo os serviços de atualização cadastral de pensionistas, aposentados e unidades políticas civis. Instituição beneficiária contratada: Central das Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo do Estado do Espírito Santo

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.